



2º Simulado

Pós-Edital

SEFAZ MG

Tributação

Simulado

Simulado SEFAZ MG – Tributação – 15/10/2022

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso SEFAZ MG;
- 2 – A prova contém **130 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-MG-Tributação-15-10>

01 – A B C D E	33 – A B C D E	65 – A B C D E	97 – A B C D E
02 – A B C D E	34 – A B C D E	66 – A B C D E	98 – A B C D E
03 – A B C D E	35 – A B C D E	67 – A B C D E	99 – A B C D E
04 – A B C D E	36 – A B C D E	68 – A B C D E	100 – A B C D E
05 – A B C D E	37 – A B C D E	69 – A B C D E	101 – A B C D E
06 – A B C D E	38 – A B C D E	70 – A B C D E	102 – A B C D E
07 – A B C D E	39 – A B C D E	71 – A B C D E	103 – A B C D E
08 – A B C D E	40 – A B C D E	72 – A B C D E	104 – A B C D E
09 – A B C D E	41 – A B C D E	73 – A B C D E	105 – A B C D E
10 – A B C D E	42 – A B C D E	74 – A B C D E	106 – A B C D E
11 – A B C D E	43 – A B C D E	75 – A B C D E	107 – A B C D E
12 – A B C D E	44 – A B C D E	76 – A B C D E	108 – A B C D E
13 – A B C D E	45 – A B C D E	77 – A B C D E	109 – A B C D E
14 – A B C D E	46 – A B C D E	78 – A B C D E	110 – A B C D E
15 – A B C D E	47 – A B C D E	79 – A B C D E	111 – A B C D E
16 – A B C D E	48 – A B C D E	80 – A B C D E	112 – A B C D E
17 – A B C D E	49 – A B C D E	81 – A B C D E	113 – A B C D E
18 – A B C D E	50 – A B C D E	82 – A B C D E	114 – A B C D E
19 – A B C D E	51 – A B C D E	83 – A B C D E	115 – A B C D E
20 – A B C D E	52 – A B C D E	84 – A B C D E	116 – A B C D E
21 – A B C D E	53 – A B C D E	85 – A B C D E	117 – A B C D E
22 – A B C D E	54 – A B C D E	86 – A B C D E	118 – A B C D E
23 – A B C D E	55 – A B C D E	87 – A B C D E	119 – A B C D E
24 – A B C D E	56 – A B C D E	88 – A B C D E	120 – A B C D E
25 – A B C D E	57 – A B C D E	89 – A B C D E	121 – A B C D E
26 – A B C D E	58 – A B C D E	90 – A B C D E	122 – A B C D E
27 – A B C D E	59 – A B C D E	91 – A B C D E	123 – A B C D E
28 – A B C D E	60 – A B C D E	92 – A B C D E	124 – A B C D E
29 – A B C D E	61 – A B C D E	93 – A B C D E	125 – A B C D E
30 – A B C D E	62 – A B C D E	94 – A B C D E	126 – A B C D E
31 – A B C D E	63 – A B C D E	95 – A B C D E	127 – A B C D E
32 – A B C D E	64 – A B C D E	96 – A B C D E	128 – A B C D E
			129 – A B C D E
			130 – A B C D E

PORTUGUÊS

Fabricio Dutra

01. Esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa de apagar o caso escrito.

Sobre o trecho acima, é correto afirmar que:

- a) Para que tenhamos a sensação de continuidade da vida, é importante praticar o não apego aos acontecimentos.
- b) o autor compara a vida a uma lousa, em que somos os autores por desenhar a obra do nosso destino.
- c) O essencial é que esqueçamos os casos que não nos fazem bem.
- d) o autor compara a vida a uma lousa em que nosso destino é o autor e, como o tempo não para, é normal que ele substitua histórias antigas por novas.
- e) Histórias antigas apenas servem para estragar o presente.

02. Esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa de apagar o caso escrito.

No trecho acima, predomina a seguinte figura de linguagem:

- a) comparação
- b) metáfora
- c) catacrese
- d) hipérbole
- e) eufemismo

03. Não levante a espada sobre a cabeça de quem te pediu perdão.

O trecho acima poderia ser reescrito, com total estabelecimento da correção gramatical, por:

- a) Não levanta a espada por cima da cabeça de quem pediu-te perdão.
- b) Não levante a espada acima da cabeça de quem pediu-lhe perdão.
- c) Não levantes a espada sobre a cabeça de quem te pediu perdão.
- d) Não levantas a espada na cabeça de quem te pediu perdão.
- e) Não levanta a espada sobre a cabeça de quem lhe pediu perdão.

04. Não levante a espada sobre a cabeça de quem te pediu perdão.

O pronome 'quem' apresenta referência:

- a) anafórica
- b) catafórica
- c) exofórica
- d) metafórica
- e) metonímica

05. O coração é a região do inesperado.

Nas frases abaixo, assinale a opção em que o termo destacado exerce a mesma função que o da oração acima:

- a) Com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra.
- b) Os cumes ficam cobertos de gelo no inverno.
- c) A reforma da casa demorou muito.
- d) A crença nesse método perdura.
- e) Sou consciente de meus erros

06. Todo limão é verde. O incrível Hulk é verde. O incrível Hulk é um limão.

Qual o problema de argumentação acontece na afirmação acima:

- a) enumeração incorreta
- b) generalização indevida
- c) representação imprecisa
- d) exemplificação inconsistente
- e) falso discurso de autoridade

07. Há alguns meses, troquei meu celular. Um modelo lindo, pequeno, prático. Segundo a vendedora, era capaz de tudo e mais um pouco. Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. Abri o manual, entusiasmado. “Agora eu aprendo”, decidi, folheando as 49 páginas. Já na primeira, tentei executar as funções. Duas horas depois, eu estava prestes a roer o aparelho. O manual tentava prever todas as possibilidades. Virou um labirinto de instruções!

O verbo destacado na primeira oração pode ser substituído por:

- a) Fazem
- b) Devem fazer
- c) Existem
- d) Existe
- e) Faz

08. Há alguns meses, troquei meu celular. Um modelo lindo, pequeno, prático. Segundo a vendedora, era capaz de tudo e mais um pouco. Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. Abri o manual, entusiasmado. “Agora eu aprendo”, decidi, folheando as 49 páginas. Já na primeira, tentei executar as funções. Duas horas depois, eu estava prestes a roer o aparelho. O manual tentava prever todas as possibilidades. Virou um labirinto de instruções!

Assinale a alternativa correta sobre o fragmento acima:

- a) Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. Abri o manual, entusiasmado. – Nesse segmento, todos os sujeitos elípticos apresentam o mesmo referente.
- b) Todos os verbos se encontram no mesmo tempo e modo.
- c) A primeira oração do período tem sujeito indeterminado.
- d) As aspas foram utilizadas para indicar a fala do narrador.
- e) No último período, o autor fez uso da metonímia.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

09. Considere a sentença: “Se bebo refrigerante ou como fast-food, então fico obeso”.

Uma sentença logicamente equivalente a essa é:

- a) Se não bebo refrigerante ou como fast-food, então não fico obeso;
- b) Se não bebo refrigerante e não como fast-food, então não fico obeso;
- c) Não bebo refrigerante e não como fast-food ou fico obeso;
- d) Bebo refrigerante ou como fast-food e não fico obeso;
- e) Não bebo refrigerante ou não como fast-food e fico obeso.

10. Bernaldo, diretor de qualidade de uma multinacional, realizou uma pergunta ao seu subordinado Arnaldo, recebendo a seguinte resposta:

– “Todos os clientes ficaram satisfeitos e pelo menos um cliente realizou uma nova compra.”

Bernaldo sabe que Arnaldo mentiu ao responder a sua pergunta. Consequentemente, é verdade que:

- a) Todos os clientes não ficaram satisfeitos e pelo menos um cliente não realizou uma nova compra.
- b) Nenhum cliente ficou satisfeito ou pelo menos um cliente não realizou uma nova compra.
- c) Pelo menos um cliente ficou satisfeito ou nenhum cliente realizou uma nova compra.
- d) Algum cliente não ficou satisfeito e todo cliente não realizou uma nova compra.
- e) Algum cliente não ficou satisfeito ou nenhum cliente realizou uma nova compra.

11. Sabe-se que:

I. Se X é mineiro, então Y não é gaúcho.

II. Se Y é gaúcho, então Z é pernambucano.

III. Se X não é mineiro, então Z não é pernambucano.

Logo, deduz-se que:

- a) X é mineiro;
- b) X não é mineiro;
- c) Y é gaúcho;
- d) Y não é gaúcho;
- e) Z não é pernambucano.

12. Entre Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, um é alagoano, um é baiano e o outro é cearense, não necessariamente nessa ordem. Além disso, um deles é acupunturista, um é barman e o outro é cafeicultor, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- I. O cearense não é barman;
- II. Bernaldo não é alagoano;
- III. O acupunturista é baiano;
- IV. Cernaldo não é acupunturista.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) O barman não é alagoano.
- b) O cafeicultor é cearense.
- c) Arnaldo é acupunturista.
- d) Bernaldo é baiano.
- e) Cernaldo é alagoano.

13. Dernaldo decidiu dividir uma quantia em reais entre os seus filhos Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo. A quantia foi dividida em partes diretamente proporcionais às notas que os seus filhos obtiveram na disciplina de matemática e inversamente proporcionais às respectivas idades. Sabe-se que:

- Arnaldo obteve nota 2 e sua idade é igual a 15 anos;
 - Bernaldo também obteve nota 2 e sua idade é igual a 10 anos; e
 - Cernaldo obteve nota 3 e sua idade é igual a 12 anos.

Se a menor parte correspondente a esta divisão foi de R\$ 2.400,00, então a maior parte foi igual a

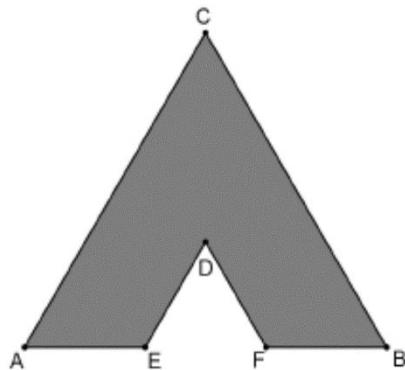
- a) R\$ 4.500,00.
- b) R\$ 3.000,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 2.200,00.
- e) R\$ 3.600,00.

14. Em uma seção da SEFAZ-MG há sete auditores: Arnaldo, Beatriz, Carlos, Daiana, Eduardo, Fernando e Joaquim. O chefe da seção, Joaquim, irá selecionar, dentre os seis auditores restantes, um grupo de três pessoas para trabalhar no domingo, de modo que as duas mulheres não estejam juntas no grupo.

O número de grupos diferentes que Joaquim poderá selecionar nessa condição é

- a) 12
- b) 14
- c) 16
- d) 18
- e) 20

15. Observe o polígono a seguir.



Os lados AC e BC são paralelos, respectivamente, aos lados ED e FD. Além disso, $EF = \frac{1}{3}AB$, e a área do triângulo ABC mede 81 cm^2 .

A área do polígono ACBFDE é:

- a) 54 cm^2
- b) 57 cm^2
- c) 63 cm^2
- d) 69 cm^2
- e) 72 cm^2

16. Considere os seguintes valores:

X: média aritmética entre os números 2, 3 e 5.

Y: média geométrica entre os números 2, 3 e 5.

Z: média harmônica entre os números 2, 3 e 5.

O valor de $\frac{XZ}{Y^3}$ é:

- a) $\frac{2}{17}$
- b) $\frac{5}{17}$
- c) $\frac{8}{19}$
- d) $\frac{10}{31}$
- e) $\frac{30}{31}$

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

17. Sobre a organização administrativa e os princípios da Administração Pública brasileira, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Quando a União cria nova secretaria vinculada a um de seus ministérios, com a finalidade de transferir algumas de suas atribuições, o ente federal descentraliza uma atividade administrativa a um ente personalizado.
- b) São integrantes da Administração Indireta, entre outros, as autarquias, as fundações e os serviços sociais autônomos.
- c) As agências reguladoras exercem função normativa primária, observadas as normas hierarquicamente superiores.
- d) A criação de autarquia é forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.
- e) Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

18. No Direito, os princípios exercem função semelhante à da fundação e dos respectivos pilares, pois servirão de base à criação das leis e execução da atividade administrativa. Os princípios são verdadeiros guias que estruturam, orientam e direcionam o legislador, no momento da elaboração das leis, assim como o administrador público, no momento de sua aplicação. Acerca dos princípios que integram a Administração Pública brasileira, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- b) A possibilidade que tem a administração pública de, nos termos da lei, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- c) Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, o Estado somente poderá exercer sua função administrativa sob o regime de direito público.
- d) O princípio da razoabilidade apresenta-se como meio de controle da discricionariedade administrativa.
- e) Por força do princípio da legalidade, o administrador público tem sua atuação limitada ao que estabelece a lei, aspecto que o difere do particular, a quem tudo se permite se não houver proibição legal.

19. Aponte a assertiva correta no que se refere ao ato administrativo.

- a) A imperatividade do ato administrativo prevê que a Administração Pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
- b) Conforme a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo vincula-se aos motivos que o determinaram, sendo, portanto, nulo o ato administrativo cujo motivo estiver dissociado da situação de direito ou de fato que determinou ou autorizou a sua realização.
- c) A competência, finalidade, forma, motivo, objeto e a legalidade são considerados requisitos dos atos administrativos.
- d) Em geral, a revogação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, mas, em determinadas situações, pode ela ter efeitos ex nunc.
- e) Ato administrativo praticado fora dos padrões de legalidade e que exorbite os limites definidos e previstos em lei é denominado ato discricionário.

20. Com o intuito de materializar as funções administrativas, ou seja, para realmente colocar em prática a vontade da lei, a Administração irá editar várias espécies de atos administrativos, cada um com uma finalidade específica, a exemplo de uma portaria, um decreto de nomeação de servidor, uma ordem de serviço, uma certidão negativa de débitos previdenciários, uma instrução normativa, uma circular, entre outros. Sobre os atos administrativos, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A lei pode atribuir efeitos ao silêncio administrativo, inclusive para deferir pretensão ao administrado.
- b) O objeto do ato administrativo deve guardar estrita conformação com o que a lei determina.
- c) Permissão é o ato administrativo, por meio do qual a administração pública declara formalmente que os requisitos legais e regulamentares foram preenchidos. Esse ato é editado no exercício de competência vinculada e constitui o direito de um particular ao exercício de uma profissão ou atividade privada determinada.
- d) Caso haja a revogação de ato administrativo revogador, não poderão ser aproveitados os efeitos produzidos no período em que vigorava o primeiro ato revogador.
- e) Segundo a teoria dos motivos determinantes, mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, se tal motivação for declinada pelo agente público, passa a vinculá-la aos termos em que foi mencionada.

21. Maria, servidora que trabalhava na recepção do prédio sede da SEFAZ MG, desentendeu-se com João, seu superior. Para se vingar de Maria, João determinou que, a partir daquele dia, ela anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem daquele imóvel.

Tendo o caso acima como referência, analise as afirmativas a seguir acerca dos poderes da Administração e assinale a afirmativa correta.

- a) O ato de João foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.
- b) Na situação apresentada, a ordem exarada por João é ilícita, por vício de competência.
- c) O ato de João foi praticado no exercício de seu poder de polícia administrativa.
- d) João cometeu um abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- e) Na situação apresentada, a ordem exarada por João é ilícita, por vício de finalidade.

22. Com fundamento nas orientações contidas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) Das decisões que indeferem o acesso a informações requeridas caberá recurso, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência do interessado.
- b) O serviço de busca e informação será gratuito em qualquer caso, uma vez que se trata de atividade de interesse público.
- c) A classificação do sigilo de informações, no âmbito da administração pública federal, como ultrassecreta, será de competência exclusiva do chefe do executivo.
- d) O amplo acesso à informação compreende também as informações relativas à qualquer projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.
- e) A restrição sobre uma informação sigilosa classificada como reservada perdura por no máximo 5 (cinco) anos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

23. Joelma é servidora pública do Estado de Minas Gerais, questionada sobre o seu sobrinho sobre quais são os requisitos para o provimento do cargo público no Estatuto dos Servidores de MG, Joelma respondeu equivocadamente.

- a) estar em gozo dos direitos políticos.
- b) ter completado dezoito anos de idade.
- c) gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica.
- d) ser brasileiro ou português equiparado.
- e) haver cumprido as obrigações militares fixadas em lei.

24. João Cláudio, servidor público do Estado de Minas Gerais, recebeu de forma dolosa e indevida vencimento, remuneração ou vantagem. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, João Cláudio será punido com a pena de:

- a) repreensão.
- b) advertência.
- c) suspensão.
- d) demissão.
- e) destituição de cargo em comissão.

25. De acordo com a Lei 869/52, as penas de repreensão, multa e suspensão prescrevem:

- a) no prazo de um ano.
- b) no prazo de cento e oitenta dias.
- c) no prazo de cinco anos.
- d) no prazo de cento e vinte dias.
- e) no prazo de dois anos.

26. De acordo com a Lei 869/52, são deveres do servidor público, EXCETO:

- a) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo.
- b) lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir.
- c) pontualidade.
- d) providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família.
- e) promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição.

27. De acordo com o Código de Conduta Ética do Estado de Minas Gerais, a conduta do agente público integrante da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deve reger-se pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) fidelidade ao interesse público.
- b) presteza e tempestividade.
- c) pontualidade.
- d) impessoalidade.
- e) liberdade de manifestação, observado o respeito à imagem da instituição e dos demais agentes públicos.

28. Conforme previsto no Código de Conduta Ética do Estado de Minas Gerais, são deveres éticos fundamentais do agente público, EXCETO:

- a) agir com lealdade e boa-fé.
- b) observar os princípios e valores da ética pública.
- c) ser discreto na prestação de contas de suas atividades.
- d) ser justo e honesto no desempenho de funções e no relacionamento com subordinados, colegas, superiores hierárquicos, parceiros, patrocinadores e usuários do serviço.
- e) aperfeiçoar o processo de comunicação e contato com o público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

29. Caio, estudante de Direito, realizou intensas reflexões acerca da eficácia do art. 5º XXXII, da Constituição Federal, segundo o qual “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.” A respeito da norma obtida a partir desse comando, quanto ao grau de eficácia, classifica-se como de eficácia:

- a) limitada de princípio institutivo.
- b) plena.
- c) limitada de princípio programático.
- d) contida.
- e) limitada de princípio consumerista.

30. Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. Apreensivo, Pierre procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

- a) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
- b) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- c) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.
- d) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
- e) não é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.

31. A Lei nº 123 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. Em relação à constitucionalidade da referida lei estadual, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional, pois trata-se de competência exclusiva da União de legislar acerca da matéria concernente ao Direito Civil.
- b) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Gama legisle sobre a matéria.
- c) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.
- d) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Gama.
- e) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

32. O Presidente da República descumpriu ordem judicial, emanada de autoridade competente, impondo à União o pagamento de vantagens atrasadas, devidas aos servidores públicos federais ativos e inativos. A Advocacia Geral da União argumentava que a mora era justificável por conta da ausência de previsão de recursos públicos em lei orçamentária específica. Apesar disso, um grupo de parlamentares, interessado em provocar a atuação do Ministério Público, entendeu ter ocorrido crime comum de desobediência. Diante disso, os parlamentares consultaram sua assessoria jurídica acerca do órgão competente para julgar ilícito dessa natureza. Dito isto e a par da conduta descrita, é correto afirmar que o Presidente da República deve ser julgado:

- a) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
- b) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
- c) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal.
- d) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Congresso Nacional.
- e) Pela Câmara dos Deputados, após autorização do Supremo Tribunal Federal.

33. De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, EXCETO:

- a) busca do pleno emprego.
- b) soberania nacional.
- c) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- d) Propriedade pública.
- e) livre concorrência.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

34. De acordo com a doutrina de Fábio Konder Comparato, a normatização dos direitos humanos confere segurança jurídica as relações sociais, tendo finalidade pedagógica perante a comunidade na medida em que faz prevalecer valores éticos que estão positivados nas normas jurídicas.

À luz das correntes de fundamentação dos direitos humanos, é correto afirmar que

- a) o fundamento na moral aduz que os direitos humanos se fundam diretamente em valores morais da coletividade humana, com validade conferida por normas positivadas
- b) a visão do fundamento racional afirma que os direitos humanos advêm da razão humana, desenvolvidos na psique por meio da influência da religião
- c) que os Direitos Humanos são equivalentes aos direitos naturais e pré-existentes ao direito produzido pelo homem, são definições advindas da corrente de fundamentação jusnaturalista
- d) o fundamento da dignidade define um ponto em comum entre todas as correntes de fundamento, reconhece que os direitos humanos possuem um núcleo básico e foi a responsável pela superação de todas as anteriores
- e) existem divergências quanto à definição de qual seria o conjunto de direitos abrangidos pelos direitos humanos, de modo que não se pode admitir que, ainda hoje, sejam admitidas correntes de fundamentação

35. O incidente de deslocamento de competência voltado à federalização de crimes contra direitos humanos pode se iniciar a partir de ação

- a) direcionada ao Supremo Tribunal Federal, subscrita pelo Procurador-Geral de Justiça
- b) direcionada ao Supremo Tribunal Federal, subscrita pelo Procurador-Geral da República
- c) direcionada ao Superior Tribunal de Justiça, subscrita pelo Defensor Público-Geral Federal
- d) direcionada ao Superior Tribunal de Justiça, subscrita pelo Procurador-Geral da República
- e) direcionada ao Superior Tribunal de Justiça, dirigido pela Assembleia Legislativa do Estado

36. A Presidência da República celebrou tratado internacional no qual os Estados celebrantes se comprometiam a promover um alargamento da política de combate ao abandono de idosos em instituições de acolhimento, hospitais e entidades congêneres.

Nesse sentido, o tratado foi aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e regularmente promulgado na ordem jurídica interna.

À luz da sistemática constitucional, o tratado poderá assumir status de:

- a) lei ordinária, uma vez que os direitos da pessoa idosa não pertencem a temática dos direitos humanos
- b) norma suprallegal, pois todo tratado de direitos humanos possui tal natureza
- c) lei ordinária, pois todo tratado internacional possui essa natureza jurídica
- d) emenda constitucional, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas do Congresso Nacional
- e) norma suprallegal, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas do Congresso Nacional

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

- 37.** Cessará, para os menores, a incapacidade, exceto:
- a) pelo casamento.
 - b) pelo exercício de emprego público efetivo.
 - c) pela colação de grau em curso de ensino superior.
 - d) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
 - e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

38. São responsáveis pela reparação civil

- a) os pais, pelos filhos menores, mesmo que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em todos os casos, já que o animal é irracional, sendo dever do dono mantê-lo em local seguro.
- c) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- d) O empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. Neste caso, não haverá ação de regresso, já que o empregador é o responsável pelos danos.
- e) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, mesmo em caso de força maior.

39. A respeito do fato jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) Têm-se por inválidas as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- b) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- c) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- d). Sobreindo a condição resolutiva, extinguir-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
- e) Reputa-se verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

40. No que se refere à divisibilidade das obrigações, é correto afirmar:

- a) Se a prestação não for divisível, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado apenas por sua parte na dívida.
- b) A obrigação apenas será indivisível quando, por sua natureza, a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão.
- c) A obrigação indivisível ficará extinta se um dos credores remitir a dívida.
- d) Se um só dos credores receber a prestação por inteiro, a cada um dos outros assistirá o direito de exigir dele em dinheiro a parte que lhe caiba no total.
- e) Havendo pluralidade de credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor se desobrigará, pagando a qualquer deles.

41. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, não ocorrerá:

- a) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) por protesto, nas condições do inciso antecedente.
- c) por protesto cambial.
- d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- e) pendendo condição suspensiva.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

42. Sobre as sociedades anônimas, assinale a afirmativa correta.

- a) A incorporação de imóveis para formação do capital social exige escritura pública.
- b) Nos atos e publicações referentes a companhia em constituição, sua denominação deverá ser aditada da cláusula "em organização".
- c) Se a companhia houver sido constituída por deliberação em assembleia-geral bastará o arquivamento de certidão do instrumento.
- d) Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 90 dias subsequentes, a publicação deles.
- e) Os primeiros administradores são subsidiariamente responsáveis perante a companhia pelos prejuízos causados pela demora no cumprimento das formalidades complementares à sua constituição.

43. Nas sociedades em conta de participação, contrato social:

- a) produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
- c) produz efeito perante terceiros, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- d) produz efeito perante terceiros, desde que inscrita no registro competente.
- e) produz efeito perante terceiros, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

44. Não resulta na dissolução ou liquidação da sociedade:

- a) transformação.
- b) incorporação.
- c) fusão.
- d) cisão total.
- e) falência do sócio ostensivo na sociedade em conta de participação.

45. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, é incorreto o que se afirma em:

- a) caracteriza-se pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- b) desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- c) importa dissolução da pessoa jurídica.
- d) a mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- e) confusão patrimonial caracteriza-se, dentre outras hipóteses, na prática de atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

46. O incapaz pode, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Sobre o assunto, é correto afirmar:

- a) o sócio incapaz poderá exercer a administração da sociedade.
- b) a continuação da empresa dispensa autorização judicial.
- c) não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía ao tempo da sucessão ou da interdição, mesmo que integrem o acervo daquela.
- d) as alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz só serão objeto de registro se, dentre outros requisitos, o capital social estiver totalmente integralizado.
- e) se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, a sociedade será extinta.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

47. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- a) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
- b) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
- c) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
- d) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
- e) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

48. Sobre os institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, é correto afirmar que:

- a) a não consumação, por circunstâncias alheias à vontade do agente, é compatível com a desistência voluntária;
- b) o reconhecimento da desistência voluntária dispensa o exame do iter criminis;
- c) as circunstâncias inerentes à vontade do agente são irrelevantes para a configuração da desistência voluntária;
- d) o arrependimento eficaz e a desistência voluntária somente são aplicáveis a delito que não tenha sido consumado;
- e) o reconhecimento da desistência voluntária dispensa o exame do elemento subjetivo da conduta.

49. Tiago foi denunciado pelo Ministério Públco pelos crimes de falsificação de documento particular (Art. 298 do Código Penal) e estelionato (Art. 171 do Código Penal), em concurso material (Art. 69 do Código Penal), por ter protocolizado pedido de restituição e declaração de compensação de tributos junto à Administração Fazendária, buscando auferir saldo de compensação de créditos inexistentes, cujo valor seria superior àquele dos débitos de sua empresa. Nesse caso, com relação ao crime de falsificação de documento particular imputado, é correto afirmar que

- a) trata-se de um crime autônomo que é sempre punível.
- b) trata-se de um crime-fim que é sempre punível.
- c) trata-se de um crime-meio que é sempre punível.
- d) trata-se de um crime-meio, que é punível se o crime-fim também o for.
- e) trata-se de um crime-meio, que é punível se ele não se exaurir no crime-fim, não sendo por este absorvido.

50. João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido. De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- a) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- b) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- c) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- d) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- e) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

51. Antônio teve auto de infração lavrado em seu desfavor pela omissão do recolhimento de tributo, por ter prestado declarações falsas sobre seus rendimentos tributáveis às autoridades fazendárias, na sua declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda – Pessoa Física. Nesse mesmo ensejo, foi confeccionada representação fiscal para fins penais, que veio a ser apensada ao precipitado auto de infração. Antônio interpôs recurso administrativo dessa autuação, ora pendente de julgamento. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- b) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando este receber a representação fiscal para fins penais.
- c) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando houver lançamento definitivo do tributo.
- d) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se os tributos e acessórios forem pagos.
- e) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se o crédito tributário for extinto por decisão judicial.

52. Mévio é prefeito de um pequeno município, sempre muito preocupado com o bem-estar dos cidadãos de sua cidade. Diante da proximidade do final de seu segundo mandato – faltando seis meses para terminar – e decidido a não disputar nenhum cargo eletivo, Mévio resolve tomar uma medida impopular, mas extremamente necessária: a construção de uma rede de esgoto sanitário no bairro mais pobre do município. Mévio sabia que a despesa total da obra não poderia ser paga no mesmo exercício financeiro e que as parcelas restantes não possuíam contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, mas, mesmo assim, ordenou a despesa, pois sabia que tal medida jamais seria tomada por outro político, uma vez que não reverteria em votos nem apoio político. Nesse caso, é correto afirmar que Mévio:

- a) praticou crimes contra as finanças públicas (Capítulo IV do Título XI do Código Penal);
- b) praticou crimes contra a administração pública em geral (Capítulo I do Título XI do Código Penal);
- c) praticou crime de peculato;
- d) praticou crimes contra a Fé Pública
- e) não praticou nenhum crime.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

53. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

54. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

55. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

56. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

57. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

58. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

G

59. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

60. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

61. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

62. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

63. Uma editora vende uma revista mensal por R\$ 30,00. No entanto, os leitores podem optar por fazer a assinatura anual da revista por R\$ 300,00. O valor pode ser pago à vista ou em três parcelas de R\$ 100,00.

Em janeiro de 2020, quarenta pessoas fizeram a assinatura anual da revista. Destas, trinta optaram pelo pagamento à vista e dez pelo parcelamento em três vezes. O pagamento do valor integral ou da primeira parcela foi feito no próprio mês de janeiro. A revista começou a ser entregue no mês após o recebimento, ou seja, em fevereiro de 2020.

O valor da receita contabilizada pela editora em janeiro de acordo com o Regime de Competência é de:

- a) Zero.
- b) R\$ 250,00.
- c) R\$ 500,00.
- d) R\$ 750,00.
- e) R\$ 1.000,00.

64. Uma empresa apresentava, em 31/12/2020, os saldos a seguir.

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000;
- Clientes (90 dias): R\$ 80.000;
- Contas a receber (120 dias): R\$ 30.000;
- Ativo fiscal diferido R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 62.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 180.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (240 dias): R\$ 80.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 65.000;
- Provisão para 13º salário: R\$ 85.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 90.000.
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Ativo não circulante mantido para vendas: R\$ 50.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2020, era de

- a) R\$ 531.000.
- b) R\$ 527.000.
- c) R\$ 496.000.
- d) R\$ 486.000.
- e) R\$ 446.000.

65. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para o seu estoque, a prazo, no valor de \$ 100.000, com tributos recuperáveis de \$ 20.000 e ajuste a valor presente de fornecedores a pagar de \$ 10.000. Assinale a alternativa com a contabilização correta dessa operação.

- a) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000.
- b) Débito: Estoques, \$ 90.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- c) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- d) Débito: Estoques, \$ 100.000; Débito: Despesa financeira de fornecedores, \$ 10.000, Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000; Crédito: Receita com tributos recuperáveis, \$ 20.000.
- e) Débito: Estoques, \$ 70.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

66. Uma Sociedade Empresária iniciou suas atividades em janeiro de 2017. Nesse mês, realizou as seguintes transações:

- Aquisição de mercadorias por R\$20.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável, no valor de R\$3.400,00.
- Venda, por R\$25.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas, sendo concedido um desconto de 20% no momento da venda. Sobre a receita obtida na operação, há incidência apenas do ICMS na alíquota de 12%.

Considerando-se que essas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, a Sociedade Empresária apresentará:

- a) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$400,00.
- b) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$1.300,00.
- c) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$1.000,00.
- d) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$3.400,00.
- e) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$ 3.000,00

67. Uma empresa contribuinte do ICMS, mas não contribuinte do IPI, ao adquirir produtos sobre os quais os dois impostos são cobrados, deve registrar como custo dos produtos para revenda o valor total da nota fiscal

- a) deduzido do ICMS.
- b) deduzido do ICMS e do IPI.
- c) adicionado do ICMS e do IPI.
- d) deduzido do IPI.
- e) integral.

68. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- a) R\$ 24.000.
- b) R\$ 105.000.
- c) R\$ 176.000.
- d) R\$ 207.000.
- e) R\$ 225.000.

69. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
- Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
- Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 25.000,00
- Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
- Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
- Resgate de debênture no valor de R\$ 36.000,00.
- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- a) Consumo de R\$ 59.000,00.
- b) Consumo de R\$ 64.000,00.
- c) Consumo de R\$ 79.000,00.
- d) Consumo de R\$ 82.000,00.
- e) Geração de R\$ 3.000,00.

70. Em 31/12/2021, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo	Patrimônio Líquido
Caixa	200.000
Máquinas	100.000
Ativo Total	300.000
Capital Social	180.000
Reserva de Lucros	120.000
PL Total	300.000

A máquina possui vida útil de 10 anos e possui um valor residual de 18.000.

A sociedade empresária construiu, de 01/01/21 a 30/06/21, uma máquina para utilizar em seus negócios.

A sociedade empresária incorreu nos seguintes custos na produção:

materiais: R\$ 100.000;

mão de obra: R\$ 200.000, sendo R\$ 150.000 com funcionários próprios, e R\$ 50.000, com funcionários terceirizados.

Além disso, utilizou a máquina que a empresa possuía durante o processo de produção. Ainda, contraiu um financiamento de longo prazo em um banco, no valor de R\$ 50.000, com juros de 12 % ao semestre, para a construção da máquina.

Assinale a opção que indica o valor adicionado a distribuir da sociedade empresária, considerando apenas esses fatos.

- a) R\$ 75.000.
- b) R\$ 80.000.
- c) R\$ 105.000.
- d) R\$ 107.000.
- e) R\$ 156.000.

71. São itens evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, mas que NÃO alteram o total do Patrimônio Líquido:

- a) Lucro Líquido do Exercício e constituição da Reserva Legal.
- b) Reversão da Reserva para Contingência e constituição da Reserva de Lucros a Realizar.
- c) Distribuição de dividendos e aumento de capital social com capitalização de reservas.
- d) Aquisição de ações de emissão da própria empresa e constituição da Reserva de Incentivos Fiscais.
- e) Aumento de capital social com integralização em dinheiro e absorção de prejuízos com Reservas de Lucros.

72. A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00
- b) 183.600,00 e 6.800,00
- c) 197.200,00 e 6.800,00
- d) 197.200,00 e 13.600,00
- e) 217.600,00 e 13.600,00

ECONOMIA

Amanda Aires

73. Dentre as funções econômicas do governo, marque a alternativa incorreta.

- a) a função econômica alocativa do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais ou por meio e concessões públicas.
- b) a função distributiva do Estado efetua transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de renda a fim de garantir a equidade distributiva.
- c) a função estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir a manutenção de preços estáveis e o alto nível de emprego dentro da economia.
- d) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
- e) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

74. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das falhas de mercado que fazem com que os preços não refletem as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

75. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar uma redução dos gastos públicos associado a uma ampliação dos tributos na economia:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;
- d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;
- e) eleva o déficit da balança comercial.

76. Identifique a opção correta sob o ponto de vista das funções clássicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.

- a) A função alocativa tem a característica de excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.
- b) A função distributiva visa corrigir os problemas de diferença de renda por meio da tributação dos mais ricos para a transferência para as camadas menos favorecidas da população.
- c) A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, mas não visa à estabilidade dos preços ou à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.
- d) O processo político não pode ser considerado como substituto do mecanismo do sistema de mercado no caso das funções clássicas do Estado.
- e) Não existe a provisão por parte do setor público dos chamados bens “semipúblicos” ou “meritórios”, que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

77. Corujinha passou no concurso do SEFAZ MG (estudando no Estratégia Concursos, obviamente!) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 14.400,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 15.360,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Juliana é:

- a) 2,10% a.m.;
- b) 2,22% a.m.;
- c) 2,35% a.m.;
- d) 2,40% a.m.;
- e) 2,50% a.m..

78. Corujinha desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 18.000,00, 20 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação da Corujinha, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 2%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Corujinha. Diante do exposto, o valor que Corujinha recebeu foi de:

- a) R\$ 16.380,00
- b) R\$ 16.587,60
- c) R\$ 16.678,00
- d) R\$ 16.890,00
- e) R\$ 17.030,00

79. Mônica tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

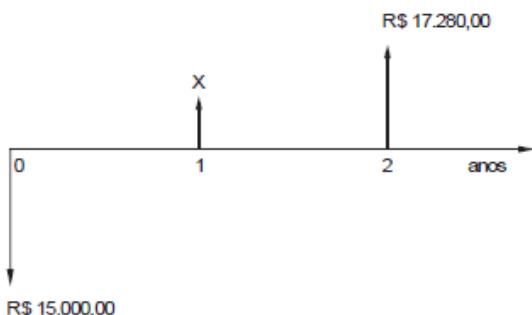
O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Joana pagará, na primeira prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$
 $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 12.600,00
- b) R\$ 13.800,00
- c) R\$ 14.200,00
- d) R\$ 13.600,00
- e) R\$ 14.800,00

80. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- a) R\$ 14.600,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 14.800,00
- d) R\$ 14.400,00
- e) R\$ 14.200,00

DIREITO PROCESSO CIVIL

Thállius Moraes

81. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente os princípios e seus respectivos conceitos:

- 1) Livre convencimento motivado
- 2) Instrumentalidade das formas
- 3) Inafastabilidade da jurisdição
- 4) Aderência ao território
- () Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito
- () O poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.
- () Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.
- () A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
- a) 3, 1, 2 e 4.
- b) 3, 2, 1 e 4.
- c) 1, 3, 4 e 2.
- d) 1, 3, 2 e 4.
- e) 4, 2, 1 e 3.

82. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Todas as ações ficam suspensas durante o período de férias forenses, onde as houver.
- d) Além dos dias declarados em lei, os domingos, para efeito forense, são considerados feriados, os sábados, contudo, são considerados dias úteis.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

83. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

84. Conforme rege o CPC, a citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, sendo que, após o recebimento, o citando deverá realizar a sua confirmação em até

- a) 3 dias.
- b) 3 dias úteis.
- c) 5 dias.
- d) 5 dias úteis.
- e) 2 dias úteis.

85. Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

86. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

87. Acerca do mandado de segurança no Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

- I - É cabível contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- II – Ele pode substituir a ação popular nos casos previstos em lei.
- III – É incabível para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I.
- b) II.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) I e III.

88. As ações para a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92, que trata dos atos de Improbidade Administrativa, poderão ser propostas

- a) exclusivamente pelo Ministério Público.
- b) por qualquer pessoa, desde que identificada.
- c) por qualquer cidadão.
- d) pelo Ministério Público e pela pessoa jurídica lesada.
- e) pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica lesada e por associações legalmente constituídas.

DIREITO CIVIL II

Paulo Sousa

89. Sobre a LINDB, é correto afirmar que

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
- b) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

90. Com relação aos bens, assinale a alternativa correta

- a) Os materiais antes de empregados são considerados móveis, após empregados ao um bem imóvel são considerados imóveis e readquirem a qualidade de móveis os provenientes da demolição de algum prédio.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- c) Considera-se móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- d) Consideram-se móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- e) São fungíveis os móveis e imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

91. Gertrudes, prometeu a sua neta Rafaela que lhe doaria um apartamento, desde esta se comprometesse a cuidar dela na velhice, quando não puder mais cuidar de si mesma. Esta doação está sujeita a

- a) Condição, evento futuro e certo, que começará a ser cumprida imediatamente.
- b) Termo, evento futuro e certo, que será cumprido quando Gertrudes alcançar a velhice e não puder cuidar de si mesma.
- c) Condição suspensiva, que só será alcançada quando Rafaela passar a cuidar de Gertrudes.
- d) Encargo, podendo Rafaela exercer o direito imediatamente.
- e) Condição resolutiva, ficando pendente até que Rafaela comece a cuidar de Gertrudes.

92. Mateus e Lucas estavam apostando corrida na rua com seus carros, o conhecido “racha”. Ao passar por uma via movimentada, ambos perderam o controle dos carros e atingiram uma loja, atravessando a parede e ferindo gravemente três pessoas que estavam no local. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Mateus e Lucas são subsidiariamente responsáveis pelos danos causados.
- b) Caso Mateus venha a falecer no curso do processo, o direito de exigir a reparação não se transmitirá com a herança.
- c) Caso uma das vítimas venha a falecer, a indenização consistirá no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima, sem repercussão moral.
- d) A indenização será medida pela gravidade do dano.
- e) Mateus e Lucas deverão indenizar os ofendidos das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além dos demais prejuízos que o ofendido prove haver sofrido.

93. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

DIREITO EMPRESARIAL II

Cadu Carrilho

94. As sociedades empresárias vão adquirir personalidade jurídica por meio da inscrição de seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis. Em relação ao que está previsto na Lei 8.934 a respeito desse tipo de registro, marque a correta:

- a) O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais, estaduais e municipais, nos termos das finalidades elencadas na lei.
- b) O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins tem como finalidade dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma desta lei, dentre outras.
- c) O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins tem como finalidade cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes; ficando a cargo do Registro Civil de Pessoas Jurídicas proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento.
- d) Os atos das firmas mercantis individuais e das sociedades mercantis serão arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, independentemente de seu objeto, sem exceção.
- e) As juntas comerciais subordinam-se, tecnicamente, ao governo do respectivo ente federativo e, administrativamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, nos termos desta Lei.

95. Sobre o protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições, exceto:

- a) sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação;
- b) para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;
- c) o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;
- d) quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.
- e) São permitidas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte.

96. Um dos tipos societários adotados hoje em dia para o alcance de grandes projetos é a sociedade anônima, também chamada de companhia. Uma sociedade anônima pode ser constituída por meio de junção de pessoas que serão considerados fundadores. A respeito das sociedades anônimas, marque a opção correta

- a) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- b) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes, de modo que qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio, sendo que o estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.
- c) A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; desde que prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- d) A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou breviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final e é ainda vedada a possibilidade de ser incluído nome do fundador, a não ser que tenha concorrido para o êxito da empresa.
- e) Para os efeitos de classificação da sociedade anônima, a companhia é aberta ou fechada conforme a escolha de seus administradores esteja ou não admitida ao público em geral ou apenas ao acionistas votantes.

97. A respeito do instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica, analise os itens e marque a opção correta:

- I - Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- II - Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- III - Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; ou por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; ou por outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial

Marque a opção em relação aos itens que estão corretos:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) Nenhum

98. Sobre as operações societárias que podem ser praticadas como forma de reorganização societária e que possuem previsão na legislação em vigor, marque a correta:

- a) O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição do tipo que é originariamente.
- a) A transformação depende do consentimento de três quartos dos sócios, salvo se prevista no ato constitutivo maioria absoluta, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social.
- c) A transformação não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores, enquanto que a falência da sociedade transformada produzirá efeitos em relação a todos os sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, mesmo em relação aos credores que não pediram anteriormente à transformação.
- d) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos e a deliberação dos sócios da sociedade incorporada deverá aprovar as bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo.
- e) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar uma ou mais sociedades novas, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Rafael da Rocha

99. É situação que não enseja o requerimento da medida cautelar fiscal:

- a) quando o devedor contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- b) quando o devedor aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
- c) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.
- d) quando o devedor tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.
- e) quando o devedor possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem cinquenta por cento do seu patrimônio conhecido.

100. O direito de requerer mandado de segurança preventivo extingue-se após:

- a) 60 dias.
- b) 90 dias.
- c) 120 dias.
- d) 180 dias.
- e) Nenhuma das respostas anterior.

101. O executado possui o prazo de _____ para pagar ou garantir o valor objeto da execução fiscal e o prazo de _____ para embargar a execução:

- a) 5 dias / 15 dias.
- b) 5 dias / 30 dias.
- c) 5 dias / 60 dias.
- d) 8 dias / 15 dias.
- e) 8 dias / 30 dias.

102. De acordo com entendimento jurisprudencial dominante, a inscrição em dívida ativa suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por _____, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo, _____.

- a) 90 dias / tanto para créditos tributários, quanto para não-tributários.
- b) 180 dias / tanto para créditos tributários, quanto para não-tributários.
- c) 90 dias / somente para créditos não-tributários.
- d) 180 dias / somente para créditos não-tributários.
- e) 180 dias / somente para créditos tributários.

103. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição:

- a) prescreve em dois anos.
- b) decai em dois anos.
- c) prescreve em três anos.
- d) prescreve em cinco anos.
- e) decai em cinco anos.

104. A petição inicial em ação de execução fiscal deverá indicar, apenas:

- a) o Juiz a quem é dirigida; o pedido e o requerimento para a citação.
- b) o Juiz a quem é dirigida; o pedido; a identificação da parte executada e o requerimento para a citação.
- c) o Juiz a quem é dirigida; o pedido e a identificação da parte executada.
- d) o Juiz a quem é dirigida; o pedido; o demonstrativo de cálculo do débito e o requerimento para a citação.
- e) o Juiz a quem é dirigida e o pedido.

105. É princípio que rege o processo tributário administrativo:

- a) verdade formal.
- b) legalidade subjetiva.
- c) formalismo.
- d) oficialidade.
- e) submissão do órgão julgador ao poder hierárquico.

106. De acordo com o entendimento jurisprudencial acerca do lançamento e da fiscalização, é incorreto afirmar que:

- a) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- b) É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
- c) É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- d) Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- e) É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, independentemente de ser comprovada a veracidade da compra e venda.

107. De acordo com o CTN, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I. quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- II. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- III. quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- IV. quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

São corretos, apenas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

108. Se a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de _____, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa:

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 60 dias.
- d) 90 dias.
- e) 120 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO II (LEGISLAÇÃO)

Eduardo da Rocha

109. De acordo com a LC 24/75, não se enquadra como benefício fiscal de ICMS:

- a) diferimento.
- b) redução de base de cálculo.
- c) crédito presumido.
- d) devolução parcial do imposto.
- e) favor fiscal que reduz indiretamente o ônus tributário.

110. De acordo com a lei complementar 24/75, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.
- b) Até 10 dias depois de findo o prazo de ratificação dos convênios, promover-se-á a publicação relativa à ratificação ou à rejeição no Diário Oficial da União.
- c) Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou, nos casos de revogação pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.
- d) Os convênios CONFAZ serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.
- e) Não se permite que os convênios disponham que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

111. De acordo com a LC 160/17, a deliberação para a remissão dos créditos tributários decorrentes de benefícios à revelia do CONFAZ bem como da reinstituição desses benefícios pode ser dar com a aprovação de

- a) 2/3 das Unidade Federadas, desde que tenha pelo menos votos de 1/3 dos Estados/DF de cada região do país.
- b) 1/3 das Unidade Federadas, desde que tenha pelo menos votos de 1/3 dos Estados/DF de cada região do país.
- c) 2/3 das Unidade Federadas, desde que tenha pelo menos votos de 2/3 dos Estados/DF de cada região do país.
- d) todas as Unidade Federadas, desde que tenha pelo menos votos de 1/3 dos Estados/DF de cada região do país.
- e) todas as Unidade Federadas, desde que tenha pelo menos votos de 2/3 dos Estados/DF de cada região do país.

112. De acordo com a Lei Kandir (LC 87/96), assinale a alternativa incorreta.

- a) Incide ICMS no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) Incide ICMS sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- c) A caracterização do fato gerador depende da natureza jurídica da operação que o constitua.
- d) Não incide ICMS nas operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- e) Não incide ICMS nos serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

113. De acordo com a lei Kandir, as operações com jornais e periódicos gozam de:

- a) isenção.
- b) redução de base de cálculo.
- c) não incidência.
- d) benefícios fiscais.
- e) crédito presumido.

114. De acordo com a lei Kandir, assinale a alternativa correta.

- a) O local da operação, tratando-se de mercadoria importada do exterior, é a repartição aduaneira em que se processa o desembarque.
- b) O local da operação é aquele onde for apreendida, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos.
- c) O local da prestação, na prestação de serviço de transporte interestadual, é onde tenha término o serviço.
- d) O local da operação é o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- e) O local da prestação é o do estabelecimento ou domicílio do prestador do serviço, quando prestado por meio de satélite.

Enunciado para as questões 115 e 116.

Dia 01/09/2022, Dimulé, residente em Juiz de Fora, fechou contrato de importação equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de \$ 1.000 (mil dólares). As conversas se iniciaram em 10/08/2022. Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou no porto em 10/09/2022 e foi entregue ao destinatário em 15/09/2022. Por autorização da legislação o desembarque se deu apenas no dia 29/09/2022.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso as taxas eram:

- 01/09/2020 – R\$ 3,50
- 10/09/2020 – R\$ 3,23
- 15/09/2020 – R\$ 3,40
- 29/09/2020 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota de 18% de ICMS, de acordo com as informações acima responda as questões **115 e 116**.

115. O momento da ocorrência do fato gerador é

- a) 01/09/2022.
- b) 15/09/2022.
- c) 10/09/2022.
- d) 29/09/2022.
- e) 10/08/2022.

116. O valor do ICMS devido na importação é de

- a) R\$ 5.792,68.
- b) R\$ 4.750,00.
- c) R\$ 4.200,00.
- d) R\$ 1.400,00.
- e) R\$ 1.042,68.

117. A LC 192/2022 definiu a monofasia de ICMS para algumas mercadorias. Não foi contemplada (o) na referida lei:

- a) lubrificantes.
- b) gasolina.
- c) diesel.
- d) gás liquefeito de petróleo.
- e) etanol anidro combustível.

118. Qual dos tributos está sujeito ao recolhimento mensal do regime do Simples Nacional:

- a) IOF.
- b) CSLL.
- c) FGTS.
- d) ITR.
- e) II.

119. Não poderão recolher os tributos na forma do Simples Nacional, a ME ou EPP que:

- a) Que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiro, por qualquer modalidade.
- b) Que realize atividade de consultoria.
- c) Que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não.
- d) Que preste serviços de despachante.
- e) Que seja geradora transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica.

120. Com relação à Lei Complementar 192/22, analise os itens:

- I. As alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal e serão uniformes em todo o território nacional, não podendo ser diferenciadas por produto.
- II. As alíquotas do imposto serão ad valorem ou ad rem.
- III. As alíquotas do imposto poderão ser reduzidas e restabelecidas no mesmo exercício financeiro, observado o princípio da noventena.

É(são) correto(s), apenas:

- a) Nenhum item.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

121. Assinale a opção em que o ITCD será devido a MG e o contribuinte será o recebedor dos bens transmitidos:

- a) José, domiciliado em SP, resolve doar a João, domiciliado em SC, um imóvel localizado em MG.
- b) José, domiciliado em SP, resolve doar a João, domiciliado em MG, um veículo licenciado em MG.
- c) José, domiciliado em MG, resolve doar a João, domiciliado em MG, um imóvel localizado em SC.
- d) José, domiciliado em Miami/EUA, resolve doar a João, domiciliado em MG, um imóvel localizado em Orlando/EUA.
- e) José, domiciliado em MG, resolve doar a João, domiciliado em MG, um imóvel localizado em Orlando/EUA.

122. A Certidão de Débitos Tributários negativa não será exigida no seguinte caso:

- a) pedido de incentivos, benefícios ou favores fiscais ou financeiros de qualquer natureza.
- b) transação de qualquer natureza com órgãos públicos estaduais.
- c) baixa da inscrição junto à Fazenda Estadual.
- d) recebimento de crédito decorrente das transações realizadas com órgãos públicos estaduais.
- e) encerramento de processo de inventário ou arrolamento.

123. O prazo para a apresentação da reclamação contra negativa de seguimento da impugnação é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

124. No que tange ao Anexo IX do RICMS-MG, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. As empresas de distribuição, de transmissão e de geração de energia elétrica exclusivamente em relação à atividade desenvolvida neste Estado mediante concessão, permissão ou autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL -, terão inscrição única no Cadastro de Contribuintes do ICMS, em relação aos seus estabelecimentos situados no Estado.
 - II. O estabelecimento exportador deverá comprovar que as mercadorias foram efetivamente exportadas por meio do número da Declaração Única de Exportação - DU-E - averbada, de sua correspondente chave de acesso ao Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex - e do registro do evento de averbação na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - de exportação, no prazo de até cento e oitenta dias, contado da data da saída da mercadoria.
 - III. Presume-se interna a operação quando o contribuinte não comprovar a sua efetiva exportação,
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão corretos.
 - d) Está correto o item I, apenas.
 - e) Está correto o item III, apenas.

125. De acordo com a legislação mineira, assinale a alternativa incorreta sobre o ICMS.

- a) Não incide ICMS na operação que destine mercadoria diretamente a depósito em recinto alfandegado com fins de exportação, ainda que haja posterior industrialização da mercadoria antes da exportação.
- b) Não será exigido o estorno do crédito do imposto referente a mercadorias, bens ou serviços entrados ou recebidos, que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.
- c) O imposto não incide sobre a prestação de serviços de transporte ou de comunicação, quando relacionados com as finalidades essenciais e prestados por templos de qualquer culto.
- d) O imposto não incide sobre operações em decorrência de contrato de comodato, locação ou arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- e) O imposto não incide sobre a operação com livro, jornal ou periódico, impressos em papel ou apresentados em mídia eletrônica, com o papel destinado a sua impressão ou com os aparelhos leitores de livros eletrônicos (e-readers) confeccionados exclusivamente para esse fim.

126. No que tange ao ICMS no RICMS-MG, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço descrita como fato gerador do imposto, independentemente de estar a pessoa constituída ou registrada, bastando que pratique com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial a operação ou a prestação sujeita ao ICMS.

II. Nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias, bens ou serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em Minas Gerais, relativamente ao imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual, é contribuinte o destinatário da mercadoria ou bem, inclusive a pessoa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, em se tratando de operação destinada a contribuinte do imposto situado em Minas Gerais.

III. O local da operação ou da prestação, para efeitos de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento do remetente, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação fiscal falsa ou inidônea.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

127. Acerca do crédito relativo ao ativo permanente, assinale a opção incorreta.

- a) a apropriação será feita sempre à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
- b) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.
- c) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.
- d) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.
- e) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio.

128. No que tange ao IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. É contribuinte do IPVA o alienante que não comunicar ao órgão de registro a venda do veículo, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o momento do conhecimento da alienação pela autoridade responsável.
 - II. É isenta do IPVA a propriedade de veículo de valor histórico ou de coleção com no mínimo trinta anos de fabricação.
 - III. O fato gerador do imposto ocorre, para veículo novo, no dia 1º de janeiro de cada exercício.
- a) Em Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão corretos.
 - d) Está correto o item I, apenas.
 - e) Está correto o item II, apenas.

129. A alíquota do IPVA para veículo utilitário que possua autorização para transporte público rodoviário de passageiros, comprovada mediante registro no órgão de trânsito na categoria “aluguel” é de

- a) 4%.
- b) 3%.
- c) 2%.
- d) 1%.
- e) 0,5%.

130. De acordo com a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta no que tange ao creditamento do ICMS.

I. Se o imposto destacado no documento fiscal for inferior ao devido, o valor a ser abatido corresponderá ao do destaque, ficando assegurado o abatimento da diferença, ainda que não haja documento fiscal complementar emitido pelo alienante ou remetente da mercadoria ou pelo prestador do serviço.

II. Fica vedado o aproveitamento de imposto, a título de crédito, quando a mercadoria entrada no estabelecimento for destinada à prestação de serviço não tributada ou isenta do imposto.

III. O contribuinte deverá efetuar o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento vierem a ser objeto de subsequente operação ou prestação com redução da base de cálculo, hipótese em que o estorno será integral.

- a) Somente o item II está correto.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

Preencha o gabarito!

[**https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-MG-Tributação-15-10**](https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-MG-Tributação-15-10)

NÃO É ASSINANTE?

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)